10/11/2009

Justiça despeja clube de terreno na Barra

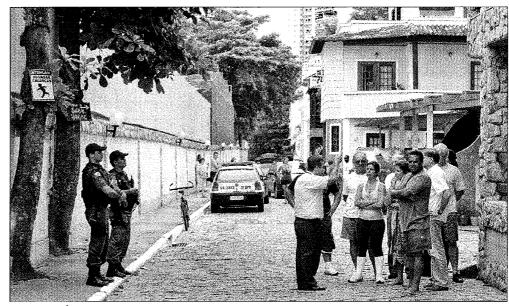
Moradores de condomínio também terão que deixar casas; imóvel foi comprado em leilão por causa de dívida do IPTU

Flávio Tabak

 Sete oficiais de Justiça e uma patrulha do 31º BPM (Recreio) bateram ontem à porta do Country Club Caça e Pesca, na Avenida Sernambetiba 4.270, em frente à Praia da Barra, para cumprir um mandado que determina a desocupação do terreno. A propriedade tem cerca de 30 mil metros quadrados e foi arrematada há três anos num leilão. A Justiça decidiu ainda pela saída dos moradores de 72 casas de um condomínio (no mesmo terreno) anexo ao Caça e Pesca. Um posto de gasolina desativado também teve a posse assegurada para a empresa vencedora do leilão.

Oficiais: desocupação até o fim de semana

Apesar do mandado expedido pelo juiz Adolpho Correa de Andrade Mello Junior, da 12ª Vara da Fazenda Pública, o clube e os moradores das casas alegam que têm direitos sobre o terreno. O clima durante toda a manhã foi de tensão, com discussões entre moradores, oficiais de Justiça e representantes da Bradic Empreendimentos Imobiliários, que arrematou o terreno e planeja construir ali um hotel com 800 quartos. Segundo o empresário Rodrigo Garcia de Freitas, representante da Bradic, o imóvel deve cerca de R\$ 25 milhões de IPTU. A empresa pagou R\$ 7,5 milhões



O CONDOMÍNIO no terreno do clube na Barra: a Justiça determinou a retirada dos moradores das 72 casas

no leilão e arcará com o resto da dívida, de aproximadamente R\$ 17 milhões.

Ao todo, cerca de 300 pessoas moram no local. Elas dizem que pagam ao Caça e Pesca mensalidades e taxas de transferência de imóveis. Por mais que seus donos depositem o IPTU, as casas anexas ao Caça e Pesca não têm habitese. Algumas residências estão em expansão e já há prédios com até três andares dentro

- O clube nos vendeu um título de proprietário residencial para a ocupação das casas, que foram construídas na década de 60. Nós pagamos IP-TU sobre esse terreno — reclamou a síndica do condomínio, Márcia Araújo Fernandes.

Os oficiais de Justiça lacraram ontem o clube, retiraram mesas e cadeiras do entorno da piscina e começaram a desocupar as primeiras casas do condomínio. De início, foram escolhidos os imóveis que estavam vazios e os usados apenas como residências de veraneio. Os oficiais de Justiça disseram que devem retirar todos os moradores até o fim da semana.

O advogado do Caça e Pesca, Cláudio Camargo Magalhães, diz que a ação ainda não transitou em julgado, o que impediria a desocupação do clube. Segundo ele, o terreno foi adquirido em 1962 por escritura pública que não foi registrada. Em 1972, os proprietários souberam que existia uma outra escritura feita em Minas Gerais. O documento registra a construtora Desenvolvimento Engenharia — hoje falida e que já pertenceu ao ex-deputado federal Múcio Athayde — como proprietária.

- Entramos com um mandado de segurança, já que a ação não transitou em julgado. O clube paga o IPTU, e a Desenvolvimento Engenharia Rio



MESAS E CADEIRAS que foram retiradas do Country Club Caça e Pesca

nunca esteve aqui para se apresentar como proprietária do terreno. O clube não é invasor e não fomos sequer intimados. O Caça e Pesca está instalado legitimamente desde 1962 — disse Magalhães.

O vereador Carlo Caiado (DEM) disse que vai apresentar hoje, em regime de urgência, um projeto de lei para tornar a área non aedificandi. Para ele, o terreno deve continuar sendo apenas área de lazer.

 Meu papel como parlamentar é impossibilitar qualquer coisa que favoreça a especulação imobiliária. Vou propor também o tombamento do clube - disse o vereador.

A Procuradoria Geral do Município informou que a Dívida Ativa iniciou um processo de cobrança de IPTU, que culminou com a indicação do imóvel para um leilão público autorizado pela Justiça. Segundo o órgão, o valor pago pela arrematação foi depositado em juízo. A Bradic entrou com um pedido de mandado de imissão na posse — instrumento usado para garantir que o arrematante assuma o terreno —, que foi concedido pela Justiça. A partir desse momento, a procuradoria afirma que deixou de ser parte ativa no processo.